

Cofecon tem novo presidente:



Pascotto

**Economia: um outro
modelo é possível**

Página 3

**Rio: investindo
menos em saúde**

Página 15

O Conselho Federal de Economia tem novo presidente: Sidney Pascotto, ex-presidente do Corecon-RJ. Entre as propostas da nova gestão estão a dinamização dos Conselhos Regionais e o aprofundamento das relações com as entidades da sociedade civil e com os movimentos sociais.

Páginas 8

EDITORIAL

Um outro mundo é possível

Ao fecharmos esta primeira edição de 2005, cerca de 200 mil pessoas fizeram a Caminhada pela Paz, em Porto Alegre, e mais de 120 mil já estavam inscritas para participar das sessões da quinta edição do Fórum Social Mundial.

Entre as inúmeras discussões presentes ao evento, destaques para temas como a economia solidária, o microcrédito para os micros e pequenos empreendimentos, as iniciativas contra o neoliberalismo e pela implementação de novas relações internacionais, a luta dos povos indígenas, o combate à fome, à pobreza e às epidemias, em especial, o vírus HIV, que tira a vida de milhões de pessoas na África, bem como o respeito às diferenças, às diversidades e às liberdades de culto e de credo.

São temas que, hoje, mobilizam e aglutinam milhares e milhões de pessoas em toda e qualquer parte do planeta. Cada vez mais, as vozes por uma nova globalização têm se feito ouvir, mostrando suas múltiplas faces, expressões de um novo internacionalismo, sem hegemonias e tutelas, que parece e aparece cada vez mais possível.

Vozes, faces e expressões que, no acúmulo das experiências mundiais, vão se tornando mais inequívocas, levando suas agendas e suas demandas a um público cada vez maior, tornando, a cada passo, mais inevitável a proposição de que um novo mundo é possível.

Basta querer e lutar por ele.
Depende de nós. ■

Sumário



- Página 3** Por que um novo desenvolvimentismo? –
João Sicsú, Luiz Fernando de Paulo e Renaut Michel
- Página 6** Porque o Rio deixou de crescer – Mauro Osório
- Página 8** Entrevista – Sidney Pascotto
É fundamental mobilizar a sociedade
- Página 10** Artigo do Leitor – Racionalismo *versus* política econômica
Paulo de Albuquerque
- Página 11** Estudos – Os entraves do microcrédito
Alexander Herzog Cardoso
- Página 13** Ásia – Tsunami fará aumentar a pobreza – Arun Raste
- Página 15** Fórum popular de orçamento – Rio reduz investimento em saúde
- Página 16** Conselho lança Prêmio Celso Furtado

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

ALTERNATIVAS João Sicsú^{**}, Luiz Fernando de Paula^{***} e Renaut Michel^{****}

Por que um novo desenvolvimentismo?

Este artigo resume a introdução feita pelos organizadores do livro, "Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social" (Editora Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005), que tem como partida o conceito de "Novo-desenvolvimentismo" para discutir alternativas de políticas para o Brasil, que permita conciliar crescimento sustentado com equidade social. O livro trata de temas diversos como macroeconomia do pleno emprego, negociações da Alca, vulnerabilidade externa e saldos comerciais, concentração de renda, exclusão social, mercado de trabalho, microcrédito, relações raciais e desenvolvimento, modernização do sistema financeiro, *spread* bancário e dívida pública¹.

O "novo-desenvolvimentismo" tem diversas origens, entre as quais a visão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, de complementaridade entre Estado e mercado e a visão cepalina neoestruturalista que, tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região, defende a adoção de uma estratégia de "transformação produtiva com equidade social", que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda.

O projeto "novo-desenvolvimentista" não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco, nem construir o caminho para a direção oposta, em que o mercado comandará unicamente a economia, com um Estado fraco. Contudo, entre

esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado, forte que estimula o florescimento de um mercado forte.

Estado mínimo e mão invisível

No âmbito da teoria econômica, a discussão inicial sobre o papel do Estado foi, em certa medida, abordada de forma sistematizada e ampla por Adam Smith, em sua clássica obra "A Riqueza das Nações", de 1776. Nela, Smith tentou mostrar que a economia tem uma lógica própria: os agentes econômicos, buscando satisfazer seus interesses individuais, espontaneamente, organizam a economia de forma eficiente. Tal abordagem ficou conhecida pela imagem metafórica da



mão invisível. Esta seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de vendas (oferta) e de compras (demanda). Portanto, satisfazendo em sua plenitude os desejos individuais.

Os mais produtivos venderiam maiores quantidades a preços menores e, portanto, suas capacidades de comprar e acumular riquezas seriam também maiores, mas elas seriam apenas uma recompensa por suas habilidades individuais. Portanto, os mais produtivos tenderiam a enriquecer, enquanto os menos eficientes tenderiam a sofrer e a desaparecer, em uma espécie de seleção natural dos mais aptos feita pelo mercado. Na

visão smithiana, o Estado seria um corpo estranho, com capacidade de interferir e atrapalhar a realização de impulsos, necessidades e recompensas individuais naturais.

Estado e mercado fortes

O economista inglês John Maynard Keynes, em seu texto de 1926, “O fim do *laissez-faire*”, e em sua obra mais conhecida, “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de 1936, concluiu, diferentemente do que afirmam os adeptos da mão invisível, que a racionalidade individual não produz necessariamente o melhor resultado para a sociedade: “o mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam (...) Não

constituição de um mercado forte, isto é, um mercado com elevada capacidade de ofertar e de abrigar produtores grandes, médios e pequenos. Entretanto, defendeu a igualdade de oportunidades e acessos; e nunca deixou de levar em conta o custo da concorrência entre empresários e entre trabalhadores.

Sem um Estado forte, monopólios tendem a se estabelecer, trazendo para os empresários a sensação de lucro fácil e de descaso com a necessidade de redução de preços e melhoria da qualidade de sua produção. Sem um Estado forte, o mercado será anêmico – conformando uma situação em que os empresários se acomodam e perdem o ímpeto revolucionário da inovação, da redução de custos e da melhoria da qualidade das mercadorias que produzem. Keynes avaliava que o Estado seria capaz de arbitrar e estimular a concorrência e de influir de forma decisiva sobre as variáveis econômicas mais relevantes, entre elas, o desemprego e a distribuição de renda e de riqueza.

A alternativa “novo-desenvolvimentista”

A alternativa “novo-desenvolvimentista” aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia – que deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro funcional – isto é, que seja voltado para o financiamento e não para a atividade especulativa. Portanto, na visão novo-desenvolvimentista, a concorrência é necessária porque estimula a inovação por parte dos empresários que tentam maximizar o lucro, o que torna o capitalismo dinâmico e revolucionário, e estabelece remunerações e riquezas diferenciadas aos indivíduos de acordo com suas habilidades. Mas

deverem existir regras reguladoras para que não se tenha como resultado da concorrência o óbvio: perdem os grandes porque numa briga sempre se incorre em custos e desaparecem os menores simplesmente porque são menores.

Um Estado forte pode regular a concorrência – o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca

pela redução de custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado. O resultado da concorrência desregulada é a eliminação dos pequenos e médios, o aumento de preços e a redução da qualidade dos produtos e serviços graças à conquista de uma situação pura de oligopólio ou, mesmo, monopólio.

Na concepção novo-desenvolvimentista, o Estado deve ser forte para permitir ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas. Políticas de caráter defensivo são, por exemplo, aquelas que reduzem a sensibilidade do país a crises cambiais; e políticas expansionistas referem-se àquelas medidas de promoção do pleno emprego, sobretudo em contextos recessivos. Políticas industrial e de comércio exterior devem e podem ser utilizadas para estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional.

Redução da vulnerabilidade externa

Um projeto novo-desenvolvimentista deve buscar formas de blindar a conta de capital do balanço de pagamentos, isto é, fórmulas devem ser buscadas com o objetivo de reduzir os efeitos desses choques internos e/ou externos sobre a taxa de câmbio. Afinal, vários estudos têm mostrado os efeitos nefastos que a excessiva volatilidade da taxa de câmbio, em países em desenvolvimento, tem sobre decisões de investimento, inflação, dívida pública, etc.

Neste sentido, deve-se buscar adotar medidas políticas que diminuam a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, mantenha uma taxa de câmbio atraente para fomentar as exportações. Há experiências relevantes na história da economia mundial que podem ser consideradas lições, porque podem indicar algumas linhas gerais de uma estratégia de blindagem para a economia brasileira. São linhas alternativas àquelas sugeridas pelos economistas monetaristas neoliberais, pelos analistas ligados aos sistemas financeiros nacional e internacional e pelos programas de apoio/empréstimos do FMI.

Essa é uma das diferenças fundamentais entre o velho e novo desenvolvimentismo. Enquanto o primeiro focava suas políticas defensivas na balança comercial, procurando



constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público”.

Portanto, a política do *laissez-faire* é considerada inadequada como solução dos problemas econômicos e sociais do mundo contemporâneo, particularmente no que se refere ao desemprego e à distribuição de renda. Keynes foi um dos economistas que mais defendeu a

Um dos debates acalorados dentro da economia diz respeito aos mecanismos para assegurar uma melhor distribuição da renda e da riqueza

tornar a economia menos dependente da exportação de produtos primários, uma vez que a economia brasileira transitava de uma economia agro-exportadora para uma economia industrial, o segundo – o “novo-desenvolvimentismo”, neste particular, está basicamente preocupado em estabelecer critérios de controle da conta de capitais para que o país possa ter trajetórias de crescimentos não abortadas e possa constituir políticas autônomas rumo ao pleno emprego e à equidade social. O protecionismo moderno deve ser o da conta de capitais – as transações comerciais devem ser liberalizadas, embora esta abertura deva ser feita de forma inteligente, cautelosa e negociada para que reciprocidades que interessem às exportações brasileiras sejam conquistadas.

Competitividade industrial e equidade

Uma das características do processo de industrialização latino-americano – incluindo, o Brasil – é a assimetria entre um elevado componente de imitação e um componente marginal de inovação econômico-social. Ademais, nenhum país da região logrou simultaneamente crescimento e equidade social. Economias bem-sucedidas em termos de crescimento e equidade compartilham uma característica básica, que é a incorporação do progresso técnico e elevação da produtividade. Neste contexto, em função das insuficiências no âmbito da equidade e da baixa incorporação do progresso técnico em setores-chave da indústria, o crescimento econômico e a competitividade apresentaram um comportamento claramente espasmódico na América Latina.

Portanto, nos países latino-americanos, como o Brasil, é fundamental a realização de uma transformação produtiva que resulte na elevação da produtividade da mão-de-

obra, que dê sustentação a uma competitividade internacional autêntica, apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras.

Para tanto, uma política abrangente deve ser adotada, incluindo o fortalecimento da base empresarial do país, adoção de uma política industrial voltada para a melhoria da competitividade das exportações de maior valor agregado, desenvolvimento de uma infraestrutura voltada para a competitividade sistêmica, melhoria no nível de qualificação da mão-de-obra, etc. A aprendizagem tecnológica e o fortalecimento da competitividade internacional requerem instituições públicas dotadas de capacidade de articulação dos diversos agentes produtivos, laborais, educativos, de pesquisa e de financiamento.

Projeto nacional e o novo-desenvolvimentismo

Nenhum país se desenvolveu ou se mantém desenvolvido – tal como os Estados Unidos, a França ou a Alemanha – ou entra em rota de desenvolvimento – tais como alguns países asiáticos – sem um projeto claro que expressasse o sentimento de nação. O sentimento nacionalista reforça um projeto de desenvolvimento, particularmente no mundo atual em que as finanças e os negócios estão, em grande parte do mundo, integrados. Nacionalismo significa tão somente um conjunto de atitudes de governos e cidadãos com o objetivo de defender o capital e o trabalho do seu país, no mundo em que empresas competem por novos mercados e em que capitais financeiros buscam, além de suas fronteiras, aumentar a sua rentabilidade exigindo menores riscos. Ou seja, um projeto de desenvolvimento que atenda os interesses nacionais e que permita uma inserção soberana do país na economia internacional.

A história mundial mostra também que não há capitalismo forte sem um empresariado nacional forte. Em outras palavras, sem a consolidação de um “núcleo endógeno” empresarial o desenvolvimento torna-se frágil, pois não se criam grupos empresariais capazes de participarem em igualdade de condições do pesado jogo de competição internacional de comércio e investimentos.

Redução da desigualdade e crescimento

Um dos debates acalorados dentro da economia diz respeito aos mecanismos para assegurar uma melhor distribuição da renda e da riqueza, colocando em oposição aqueles economistas que entendem que a qualificação da mão-de-obra e as políticas sociais são os instrumentos mais eficientes para se alcançar um melhor perfil distributivo, com outro grupo de economistas que entende ser o crescimento econômico, a taxas elevadas e permanentes, que vai assegurar uma melhora no perfil distributivo.

A perspectiva novo-desenvolvimentista é de um meio termo entre as duas posições acima, pois se entende que somente o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas pode minorar o problema da desigualdade na economia brasileira. Contudo, ela é condição necessária, mas não suficiente.

As políticas sociais e educacionais são fundamentais para a inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhoria na distribuição de renda. Todavia, qualificação sem crescimento produzirá, por exemplo, uma gama de trabalhadores bem-educados subempregados ou desempregados.

Políticas sociais isoladas da retomada do crescimento podem se revelar incapazes de garantir uma maior igualdade e, talvez mais grave, podem se transformar em políticas assistencialistas, com todos os riscos políticos inerentes a estes processos. ■

** Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

E-mail: jsicsu@terra.com.br

*** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ).

E-mail: lfpaula@alternex.com.br

**** Professor da Universidade Candido Mendes (UCAM).
E-mail: rmichel@candidomendes.edu.br

¹ Colaboram no livro: Carlos Eduardo Carvalho, Cláudio Salm, David Kupfer, Fábio Ono, Fernando Cardim de Carvalho, Frederico Jayme Jr., Guilherme Jonas, J. Carlos de Assis, José Cláudio Ferreira, Jennifer Hermann, João Sabóia, João Sicsú, José Luís Oreiro, Leda Paulani, Bresser-Pereira, Luiz Fernando de Paula, Marcelo Paixão, Marco Crocco, Maria de Lourdes R. Mollo, Paulo Nogueira Batista Jr. e Renaut Michel

MEMÓRIA Mauro Osório* e Alvaro Cesário Alvim Berbel**

Porque o Rio deixou de crescer

Economistas retomam discussão sobre a situação do Estado do Rio de Janeiro e suas relações com o Governo Federal



A cidade do Rio de Janeiro organiza-se, inicialmente, como porto e fortificação militar. A partir da vinda da família real, em 1808, a região consolida-se como centro cultural, político e econômico, passando a atuar como cidade-Capital – conforme a definição do historiador Giulio Argan de que, nos espaços nacionais, existem cidades que cumprem a função do “lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”.

Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro, apesar de perder a liderança econômica para São Paulo, no início do século XX, mantém o seu dinamismo econômico, tendo em vista a centralidade adquirida e o fato de ser a Capital da República. Essa situação apresenta um ponto de inflexão a partir de 1960, com o

início do processo de transferência da Capital para Brasília.

No mesmo sentido, a “Velha Província” (antigo Estado do Rio de Janeiro) deriva o seu dinamismo econômico a partir da decadência da produção cafeeira, dos investimentos federais realizados em seu território – como os da Companhia Siderúrgica Nacional, Álcalis, Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias – e da proximidade das atividades econômicas existentes na cidade do Rio, de seu mercado consumidor e de trabalho, vindo a sofrer também, pesadamente, com o processo de transferência da Capital.

Decadência econômica

Como consequência, a região que engloba o atual Estado do Rio de Janeiro passa a apresentar, a partir dos anos 1970, as menores taxas de crescimento do PIB entre todas as unidades federativas, sendo que, segundo dados do IBGE, apresenta, no período de 1970/2000, uma perda de participação no total do PIB brasileiro de 23,76%, contra uma perda de participação paulista de 15,44% – que vem a ser a segunda pior entre todas as unidades federativas.

Do ponto de vista industrial, o estado do Rio de Janeiro apresenta, no mesmo período, uma

perda de participação de 38,41%, apenas superada pela perda de participação do Amapá e de Pernambuco.

No que se refere à evolução do emprego formal, utilizando a série histórica existente para o período 1985/2002 (MTE/RAIS), verificamos que o estado apresenta um baixo crescimento de 9,3%, contra um crescimento no total de empregos formais no país de 39,98%.

No período mais recente, apesar de notícias que periodicamente permeiam a mídia, não acreditamos já estar em curso um processo de reversão consistente relativamente ao desenvolvimento econômico-social da região. Isto pode ser visto, por exemplo, a partir do fato de, no período jan-2000/jan-2004, apesar do Estado do Rio de Janeiro apresentar para o total da indústria extrativa e de transformação um crescimento equivalente ao brasileiro, devido ao incremento do setor petróleo, quando analisamos somente a indústria de

Não acreditamos já estar em curso um processo de reversão consistente relativamente ao desenvolvimento econômico-social da região

Entendemos, portanto, que não procede o discurso, muito presente, no momento, que o Rio de Janeiro seria "perseguido" pelo poder federal

transformação, o estado apresenta um crescimento de apenas 5%, enquanto a taxa para o país é de 15% (IBGE). Além disso, no período nov-2003/nov-2004, do ponto de vista da produção industrial, o Estado do Rio de Janeiro apresenta um crescimento, no que se refere à indústria em geral e à indústria de transformação, respectivamente, de 3,69% e 4,80%, contra um crescimento no país de 8,06% e 8,17% (IBGE). Do ponto de vista do número de pessoas ocupadas nas principais regiões metropolitanas, no período nov-2003/nov-2004, o Rio de Janeiro apresenta um crescimento de 1,96%, enquanto o crescimento na região metropolitana de Salvador foi de 5,08%, na de Belo Horizonte, de 4,31%, na de São Paulo, de 4,31%, em Recife, de 1,84%, e em Porto Alegre, de 1,59% (IBGE).

Acreditamos que essa evolução tenha relação, centralmente, com os seguintes fatores: a) o processo de transferência da Capital que se inicia em 1960 e que sofre uma aceleração na década de 1970; b) a indústria aqui instalada não estar centrada na produção de bens de consumo durável e de exportação, que são os setores mais beneficiados no período do *milagre econômico*; c) a crise econômico-fiscal que se instaura na economia brasileira, a partir da década de 1980, e que atinge sobremaneira esta região, pelas características de sua produção voltada para o mercado interno, e o grande peso do gasto público federal; d) e, por último, mas não menos importante, o fato de

ocorrer, na região, uma demora na percepção das conseqüências da mudança da Capital, o que acreditamos acontecer, em alguma medida, até os dias atuais, e de não se consolidar, desde os anos 60, inicialmente na Guanabara e posteriormente no Estado do Rio de Janeiro, a organização de uma estratégia consistente de fomento ao desenvolvimento regional, que se faz necessária desde a inauguração de Brasília.

As cassações políticas

Por sua vez, não podemos deixar de acentuar que, do ponto de vista da dinâmica da política na cidade do Rio de Janeiro – hegemônica na região pelo PTB e a esquerda como um todo, por um lado, e a UDN, por outro –, ocorre um forte processo de cassação de suas principais lideranças, a partir do golpe de 64. Isto pode ser verificado no fato de dos 10 deputados federais eleitos pelo PTB, em 1962, oito serem cassados no correr da década de 70. E ainda do fato de a UDN também vir a ser pesadamente atingida pelo rompimento de Carlos Lacerda com o regime militar, no correr dos anos 60, sendo cassados ele e todos os seus seguidores, que aderem à Frente Ampla de oposição, articulada com Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Esse processo tem como conseqüência a ampliação do peso político de Chagas Freitas e da lógica de clientela na vida da cidade e, posteriormente, no novo Estado do Rio de Janeiro. Acredita-

mos, assim, que a ausência de dinamismo econômico e a deterioração pela qual vem passando o Rio de Janeiro tenha como causas, por um lado, a falta de articulação de uma adequada estratégia regional de desenvolvimento econômico-social e, por outro, o peso crescente que vem tendo a lógica de clientela neste território e a conseqüente deterioração da máquina pública estadual.

Entendemos, portanto, que não procede o discurso, muito presente, no momento, que o Rio de Janeiro seria "perseguido" pelo poder federal e que isto teria influência na dinâmica da região, sendo mesmo que, ao contrário de ocorrer discriminação relativamente ao Rio de Janeiro, o governo deste estado não vem tendo, pela deterioração de sua máquina pública, sequer condições de obter os recursos federais disponíveis – como, por exemplo, na área da

Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) e da segurança pública, conforme recorrentemente apresentado em diversos órgãos da mídia ou, ainda, de fomentar pesquisas e articular políticas que tragam maiores benefícios para a região – por exemplo, a partir das potencialidades existentes pela presença do petróleo e do Porto de Sepetiba ou potencializando corretamente projetos exitosos, como o do pólo de gás químico, projeto este articulado em toda a sua concepção e implantação inicial pelo Governo Federal, com o apoio da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), através do programa de ações federais no Rio de Janeiro criado em 1994. ■

* Economista, professor da UFRJ e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ

** Economista e mestrando em Administração pelo Coppead/UFRJ

Cursos de Pós-Graduação
Especialização - Lato-Sensu 2005

Início das aulas em março
Inscrições abertas

Destaque-se no mercado

Desconto de 10% para registrados no CORECON

Ciências Contábeis Curso: Controladoria e Finanças	Direito Curso: Direito Empresarial
Administração Curso: Gestão Estratégica de Negócios com Foco nos Clientes	Economia Curso: Análise de Investimentos com Ênfase em Derivativos Financeiros
Multidisciplinar Cursos: Finanças e Comércio Exterior e Docência do Ensino Superior	

Moraes Júnior Faculdade

Novas instalações. Venha conferir!
Rua Buenos Aires 283 – Centro

2509 0581/22218386 r.226
www.moraesjunior.edu.br

ENTREVISTA Sidney Pascotto – novo presidente do Cofecon

“É fundamental mobilizar a sociedade”

Aproximar os Conselhos Regionais de Economia da estrutura nacional do Conselho Federal, equipar e oferecer treinamento às estruturas dos Corecons, contribuindo para a superação de estrangulamentos administrativos e operacionais, aprofundar o relacionamento das entidades com os profissionais de economia e com as demais entidades da sociedade civil estão entre os planos de ação da nova gestão do recém eleito presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Sidney Pascotto, presidente do Corecon-RJ, em 2003. Crítico da política econômica que vem sendo adotada pelo Governo Lula, Pascotto, o primeiro negro a ocupar a presidência do Cofecon, defende a mobilização da sociedade para as lutas políticas e sociais que estão na agenda do movimento social, entre elas, a reforma agrária e uma reforma tributária que esteja voltada para a democratização e a justiça fiscal e a distribuição da renda. O *JE* foi ouvir o novo presidente do Cofecon para conhecer as suas propostas.

Jornal dos Economistas – *Quais as prioridades do Cofecon em sua gestão?*

Sidney Pascotto – Do ponto de vista interno do sistema Cofecon/Corecons será implementar, imediatamente, uma política de aparelhamento e treinamento da área de fiscalização do exercício profissional, fortalecer e otimizar o trabalho das Comissões do Plenário, criar imediatamente um Fundo de Apoio aos Conselhos para superar estrangulamentos administrativos e operacionais. Do ponto de vista da relação com o conjunto dos economistas, vamos implementar, em parceria com os Corecons, um programa nacional de reciclagem e atualização profissional. Já estamos adotando providências para viabilização imediata. O Cofecon desenvolverá ações capazes de estimular os Corecons a ajudarem na criação e fortalecimento de Fóruns Populares do Orçamento,

buscando a democratização dos orçamentos públicos. E também a ter uma política mais ativa junto à mídia para alavancar o prestígio dos Corecons e dos economistas junto à sociedade. O desafio é desenvolver outros instrumentos de comunicação integrada, voltados para diversos tipos de público. As tevês, rádios comunitárias e públicas poderão cumprir papel importante neste processo, nos diferentes estados da Federação.

JE – *Quais serão os grandes parceiros e aliados do Cofecon para a realização do programa de gestão que se propõe?*

Pascotto – Os membros do Cofecon, os Corecons, os Sindicatos dos Economistas e as entidades da sociedade civil organizada.

JE – *Quais os principais entraves e obstáculos para uma efetiva gestão do Cofecon?*

Pascotto – Serão necessários alguns ajustes na máquina adminis-

trativa e a criação de condições para que os Corecons superem os estrangulamentos administrativos e operacionais.

JE – *Nos últimos anos a economia passou a ter um papel que parece predominar sobre a política. Qual a sua opinião: isto é bom ou não?*

Pascotto – Logo após a posse, em janeiro de 2003, o Governo Lula falou de “herança maldita” quando tratava da gravidade do quadro econômico. Entretanto, quando olhamos os fundamentos da política econômica do Governo Lula, verificamos que a mesma não caminhou para lado nenhum, ela se manteve. A política econômica de Lula, portanto, é igual à de Fernando Henrique Cardoso, centrada no ajuste fiscal. Para os próceres da política econômica do Governo Lula, o ajuste fiscal de FHC não foi suficiente, daí não ter vencido a vulnerabilidade. A solução é fa-

zer este ajuste o mais duro possível, reduzir a relação dívida pública / PIB, de tal maneira que dê credibilidade aos investidores. Mas outras medidas que foram tomadas mostram que o Governo Lula tem se distanciado do compromisso de mudanças. É o caso da Reforma da Previdência, da Lei de Falências e a proposta de Reforma Tributária, que não redesenha a estrutura tributária.

JE – *A Medida Provisória 232, que aumenta o Imposto de Renda, é reflexo desta decisão de não alterar a estrutura tributária?*

Pascotto – Sem dúvida. Na história do Sistema Tributário Brasileiro não vislumbramos nenhum período que pudéssemos caracterizar como sendo de compromisso com justiça fiscal, com progressividade dos impostos numa perspectiva de fortalecimento do setor produtivo, especialmente dos setores



Os movimentos sociais, em especial, o MST, mas também instituições importantes, como a CNBB, têm questionado a morosidade do Governo Lula em agir em determinadas frentes

produtores de bens de consumo de massa e de distribuição de renda. A tributação sempre foi utilizada como um instrumento de concentração de riqueza e renda, onerando o bolso dos mais pobres e aliviando o dos mais ricos. O governo de Fernando Henrique, sintonizado com as orientações dos organismos financeiros internacionais, procedeu alterações na legislação tributária, criando um ambiente ainda mais favorável ao capital especulativo e aos oligopólios; promoveu um desmonte da máquina fiscal; criou amarras burocráticas ao trabalho da fiscalização; instituiu o Refis, permitindo parcelamentos, indefinidamente; concedeu anistias fiscais às em-

presas; congelou a tabela de desconto do imposto de renda da pessoa física e diminuiu as deduções permitidas; elevou a alíquota do IRPF dos assalariados; aumentou a Confins em 50%; manteve e consolidou a CPMF, hoje com uma taxa de 0,38%; e elevou a tributação das pequenas e médias empresas e dos assalariados. O Governo Lula, por sua vez, detentor de enorme legitimidade junto à população brasileira, que poderia ter encaminhado, logo nos primeiros meses do governo, um projeto corrigindo a histórica e perversa política fiscal, preferiu fazer remendos, cujo pano de fundo é aumentar a arrecadação para perseguir um equilíbrio fi-

nanceiro, um elevado superávit primário, perdendo de vista, por sua vez, o sacrifício a que está submetida a maioria do povo. Nesta perspectiva, não basta denunciar e procurar instrumentos para barrar a MP-232. É fundamental mobilizar a sociedade brasileira para exigir do governo uma Reforma Tributária que contemple, em seu conteúdo, medidas como: a extinção da tributação em cascata; a revogação da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; a garantia de que os rendimentos de capital serão submetidos a uma tabela progressiva anual; a revogação da isenção na distribuição de lucros e dividendos; a tributação da remessa de lucros ao exterior; a correção regular da tabela progressiva do imposto de renda; a revisão e ampliação das deduções do imposto de renda da pessoa física; a não tributação da renda mínima existencial; a isenção de impostos para os alimentos da cesta básica; a recuperação da alíquota de 35% para

rendas elevadas ou acentuar a progressividade; aumentar a tributação sobre o grande patrimônio rural; o fortalecimento da fiscalização tributária; o controle do fluxo de capital; a força tarefa para combater a lavagem de dinheiro e combater efetivamente a sonegação.

JE – *E a avaliação mais geral sobre o Governo Lula – a esperança está vencendo realmente o medo?*

Pascotto – Ao contrário, nossa esperança tem sido golpeada incessantemente pelo medo. Os movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas também instituições importantes, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), têm questionado a morosidade do Governo Lula em agir em determinadas frentes, com destaque para a reforma agrária e os programas sociais, que não deslançam, como o próprio Fome Zero.

JE – *Por que isso acontece, em seu ponto de vista?*

Pascotto – É lamentável ver os ministros Olívio Dutra (das Cidades), Miguel Rosseto (do Desenvolvimento Agrário), Patrus Ananias (do Desenvolvimento Social), Matilde Ribeiro (da Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial) e Ciro Gomes (da Integração Nacional), e as suas respectivas equipes, tendo suas competências questionadas, em um cenário em que os recursos orçamentários são direcionados fundamentalmente para atender o sistema financeiro, via pagamento das dívidas.

JE – *Em sua avaliação, o que está dando certo e o que está dando errado no Governo Lula?*

Pascotto – No Governo Lula, até o momento, merece destaque a política externa, bastante habilidosa na defesa dos interesses nacionais. ■

ARTIGO DO LEITOR Paulo de Albuquerque*

Racionalismo *versus* política econômica

Em alguns compêndios de economia, mais especificamente naqueles dedicados à engenharia econômica, deparamos com o termo “custo de oportunidade”, cuja definição envolve, entre outras, a taxa de retorno necessária que leva um aplicador de recursos em moeda a se transformar em um investidor de um projeto industrial, comercial, de serviços ou em qualquer outro vinculado à chamada economia real, produtiva. Em síntese, trata-se do nível mínimo de atratividade vinculado à escolha de uma alternativa para a aplicação dos recursos disponíveis, com riscos e benefícios devidamente mensurados e avaliados.



No caso específico a que nos referimos, esse nível de atratividade deve ser de tal ordem que desestime o aplicador de recursos a permanecer no mercado financeiro, caso esta seja a sua posição atual. É esse “custo de oportunidade” que movimenta e entusiasma os empresários a investirem em projetos da economia real, que são os maiores geradores de emprego e de renda para a população e de recursos para o governo, via pagamento de impostos.

Por razões ainda não devidamente explicadas, temos observado no Brasil uma dicotomia entre política econômica – termo de grande abrangência e significado – e política monetária, que se constitui em uma das vertentes da primeira, da mesma forma que outras vertentes estão vinculadas àquela importante parcela do conhecimento humano.

E, estranhamente, há muito que a política monetária tem obtido, no Brasil, a primazia absoluta quando, na realidade, os recursos para o pagamento dos juros estabelecidos pelo Banco Central somente podem ser obtidos e mantidos, no longo prazo, enquanto existirem os fundamentos para a sua geração, provenientes do crescimento da economia real. Caso contrário, o governo somente poderá dispor dos recursos quando esses

forem gerados por um aumento da carga tributária, aumento esse que certamente tem limites, que estão a cada dia mais estreitos.

Eterno país do futuro

A questão monetária tem sido objeto de importância quando, na realidade, o dinheiro é apenas um intermediário, um facilitador. Ele somente terá valor real enquanto existirem produtos e serviços a serem adquiridos ou consumidos. Porém, em nosso país, a quimera monetarista tem se sobreposto a tudo aquilo que o bom senso nos indica. Por essa razão, temos registrado um crescimento abaixo da média dos principais países do mundo, fruto de baixos níveis de poupança e de investimento e de uma parca distribuição de renda. E da ausência de financiamentos a taxas e prazos adequados.

Se nada fizermos para modificar esse quadro, nada acontecerá. Estaremos apenas tornando verdadeira aquela frase atribuída ao escritor Stefan Zweig: “o Brasil será eternamente o país do futuro”. Isso tem que mudar. Temos que, de imediato, voltar à fase do racionalismo econômico. Antes que seja tarde. ■

* Economista, professor de Economia e Finanças na Universidade Ibirapuera-SP.

ESTUDOS Alexander Herzog Cardoso*

Os entraves ao microcrédito¹

O texto a seguir é um resumo da monografia classificada em segundo lugar, no XIV Prêmio Corecon de Monografia, intitulada “Análise das causas da baixa penetração do microcrédito no Brasil”.



A estrutura sócio-econômica brasileira criou condições para o expressivo surgimento do empreendedorismo entre as pessoas pobres e excluídas do mercado formal de trabalho. Em grande parte, esses pequenos negócios surgiram como uma alternativa de sobrevivência frente à falta de oportunidades de emprego formal. Durante a década de 90, esse processo foi intensificado pela recessão econômica que se prolonga até os dias de hoje.

As estatísticas publicadas pelo Programa de Desenvolvimento Institucional do BNDES, em 2002, apontam uma magnitude de cerca de 16 milhões de empreendimentos passíveis de demandar microcrédito. Grande parte desses negócios se encontra em situação de informalidade (76% do total de empreendimentos estimados), funcionando com frágil estrutura organizacional, produtiva e comercial; conseqüentemente, possuem baixos níveis de produtividade.

A leitura dos textos sobre o microcrédito no Brasil nos aponta a existência de experiências ao longo

do tempo e o pouco aprofundamento do conjunto das instituições que operam com este instrumento financeiro, diante dos milhões de empreendimentos geridos por pessoas de baixa renda que operam no mercado. Frente a este fato, coloca-se o seguinte paradoxo: demanda existente, instituições com experiência acumulada e baixa escala em número de clientes no agregado das operações.

Por que não aumentamos nossa escala em número de clientes e aprofundamos as experiências existentes? Esse é o paradoxo. Na Bolívia e Peru temos, por exemplo, cerca de 400 mil e 200 mil empreendimentos que tomam microcrédito, respectivamente, enquanto no Brasil esse número não passa de 180 mil. A discrepância na comparação entre esses países se dá no fato de que, no Brasil, a demanda pode chegar a ser 20 vezes maior que na Bolívia e Peru.

Entraves históricos

O foco sobre a questão da experiência acumulada desde o primeiro projeto para fomentar pequenos negócios (Projeto UNO, em 1973) nos aponta dois empecilhos históricos que comprometeram o desenvolvimento do setor de microcrédito no Brasil: o conjunto de leis e normas específicas que regulamentam as operações com crédito nesse montante (o ambiente regulatório)

e a dinâmica inflacionária (ambiente macroeconômico).

As leis e normas específicas formam barreiras à consolidação de iniciativas, desde que limitaram as instituições não regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional a cobrar taxas de 1% ao mês. E o reflexo é o comprometimento da sustentabilidade econômico-financeira das instituições de microcrédito. Dessa forma, cria-se a dependência dessas instituições de subsídios, e isso é um complicador.

A partir dos anos de 1999 e 2001, com a promulgação das Leis 9.790 e 10.194, respectivamente, é que as instituições puderam cobrar juros ajustados aos custos de operar com microcrédito (ou juros de mercado). Certamente, se trata de um fato que coopera para a auto-sustentabilidade das instituições e desenvolvimento do setor de microcrédito. Porém, deixamos aqui a proposta de reflexão sobre os limites que atualmente a parte legal institui ao setor.

A inflação foi o grande “fragilizador” do processo de desenvolvimento do microcrédito, no Brasil. O ambiente macroeconômico é de fundamental importância, pois nele encontramos os parâmetros (câmbio, juros, inflação, etc.) para se decidir sobre o que fazer com os recursos de que dispomos, para emprestar ou tomar emprestado. O mais importante a ser notado é que a hiperinflação deprecia as qualidades do crédito em pouco tempo e o transforma numa verdadeira “bola de neve” de obrigações financeiras.



Torna-se custoso para instituições captarem fundos para operar com microcrédito, assim como para os negociantes adquirirem obrigações financeiras que correm o risco de superar a receita e lucros obtidos em seus negócios. O que se observa atualmente é um quadro desproporcional entre uma grande demanda potencial e uma oferta restrita de microcrédito.

Um outro ponto de grande importância na discussão sobre o microcrédito é a consolidação de experiências de sucesso que demonstrem estratégias de intervenção e operação no local de atuação bem desenvolvidas, eficazes e comprovadas, que possam servir de modelo e se tirar lições. É o que se chama na literatura de “Efeito Demonstração”. Aparenta-se, nas discussões existentes, que a ausência de um “Efeito Demonstração” acarreta em que as instituições que operam com microcrédito se tornem estritamente experimentais, conferindo maiores custos e risco de operar com microcrédito.

Políticas públicas

A consolidação dos programas de microcrédito depende de políticas públicas competentes, isto é, políticas adequadas a cada região, formuladas a partir de uma avaliação correta da situação, optando-se em adotar a melhor alternativa para se atingir o objetivo desejado. Isto quer dizer produzir conhecimento sobre o local onde se realizará a intervenção, avaliar em termos realistas o problema a ser enfrentado, definir claramente os vários

caminhos alternativos que levarão ao objetivo e decidir pela alternativa que oferece os melhores resultados em termos de probabilidade. Por exemplo, pode-se construir um programa de microcrédito no interior do Rio de Janeiro, a fim de alavancar atividades produtivas locais.

Ao focarmos em políticas competentes, estaremos partindo do conhecimento sobre a população empreendedora local. A natureza de suas atividades produtivas, o mercado onde se inserem seus produtos, sua cultura, seus valores, suas perspectivas, a forma com que encaram seus negócios e as oportunidades do mercado, etc. Se o objetivo da política é gerar renda, através da alavancagem dos negócios, devemos buscar meios adequados que estimulem esses negócios diante das informações de que dispomos. Os meios serão consistentes com os objetivos se eles conduzirem à eficiência dos negócios, a consecução de uma produção que encontre mercado, entre outras condições, que na verdade emplaquem os negócios de forma sustentável, promovendo rodadas de produção e geração de renda sucessivas e adicionais.

A dimensão microeconômica dos empreendimentos é uma condição necessária para o sucesso das iniciativas. Não há programa ou política que possa gerar resultados com microcrédito se os empreendedores que o utilizarão não o aplicarem de forma adequada em seus negócios. Isso quer dizer investir para dar retorno. Aplicar para dar resultados. Os programas, se bem dimensionados e administrados, darão certo se os negócios derem certo. E como os negócios darão certo? Se em cada negócio forem aplicados os recursos adequadamente, se cada empreendedor tiver um conhecimento mínimo de gerenciamento e do seu merca-

do, ao menos as probabilidades de sucesso serão maiores.

E como eles conseguirão essas condições? Talvez tenhamos mais clareza da solução desse problema ao pensarmos em programas que não só ofertem microcrédito, mas que também contemplem medidas que concedam os instrumentos necessários aos empreendedores para que seus negócios tenham maiores chances de se desenvolverem. Como acompanhamento do negócio, oferta de conhecimentos básicos e adequados de matemática e ferramentas de administração de negócios, de técnicas de comunicação, de promoção de debates entre os empreendedores, de gestão de seu produto ou serviço, entre outras. É necessário dotar os empreendedores de condições para que desenvolvam seus negócios dentro de requisitos mais técnicos e sustentáveis para enfrentar o mercado. Este é um elemento intrínseco ao processo de fortalecimento do setor de microcrédito.

Nesta perspectiva, o mais importante é que essas iniciativas têm que ser bem dimensionadas, desenhando-se programas com estratégias bem definidas em suas linhas de atuação, determinando a magnitude de empreendimentos a serem abordados diante do público alvo e dos recursos empregados. Devem buscar não só formular modelos que ofertem crédito de forma eficiente, mas também meios que permitam o desenvolvimento técnico e aumento da produtividade dos negócios.

Propostas

Os apontamentos apresentados acima nos levam a pensar em três aspectos fundamentais para

aprofundar e consolidar o setor de microcrédito no Brasil: parceria, continuidade e cumulatividade.

As parcerias são vistas entre os âmbitos público, privado e do terceiro setor, e estão relacionadas à diluição dos custos operacionais envolvidos com o microcrédito, além do fortalecimento da base técnica dos pequenos negócios, da formulação de estudos aprofundados sobre o setor e da estruturação institucional da banda ofertante de microcrédito. Ou seja, até que se crie uma estrutura que se sustente e atenda à demanda de microcrédito, as parcerias são fundamentais.

A continuidade é de suma importância, pois a criação de uma nova estrutura econômica que atenda às necessidades de uma grande demanda potencial requer tempo para sua construção e maturação. Busca-se a adequação de modelos que atendam às necessidades de desenvolvimento de pequenos negócios, com impacto social e econômico, e faz-se necessário a permanência do processo.

Os dois aspectos comentados acima são as bases para a cumulatividade. Se virmos as iniciativas com o microcrédito como um processo em que tentamos construir uma estrutura econômica nova, que contribua para o desenvolvimento de nosso país, em que buscamos adaptar os meios de que dispomos aos fins almejados, precisamos conjugar esforços e garantir a continuidade do processo.

Ao longo das experiências, se visto como um processo, o acúmulo de aprendizado e as modificações produzidas frente às experiências levarão o setor ao seu maior aprofundamento e consolidação. ■

* Economista.
e-mail: alexander.herzog@ig.com.br



1 Ver referências em Cardoso, Alexander H, “Análise das causas da baixa penetração do microcrédito no Brasil: uma proposta explicativa.”, Monografia de Bacharelado, Instituto de Economia, UFRJ, 2002.

ÁSIA Arun Raste*

Tsunami fará aumentar a pobreza



Economista indiano avalia as repercussões do maremoto que matou milhares de pessoas e deixou outras milhares desaparecidas



Fotos: www.redcross.org

O impacto do tsunami deve empurrar mais 645 mil pessoas para baixo da linha de pobreza na Índia, de acordo com uma estimativa do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB, na sigla em inglês).

No sul da Ásia, 2 milhões de pessoas podem cair na pobreza, mas a economia não deve ser significativamente afetada, diz um relatório do ADB.

“O impacto do tsunami sobre a pobreza será enorme. Pobreza é, potencialmente, o mais importante efeito desse desastre natural; mas a economia dos países afetados, exceto pelo Sri Lanka e pelas Maldivas, deve emergir com danos mínimos”, diz Ifzal Ali, economista chefe do banco de desenvolvimento multilateral, com base em Manila.

Ironicamente, a tragédia pode provocar uma onda de atividade

econômica na região, que pode ter efeitos positivos no longo prazo. “A reconstrução após desastres naturais requer novos investimentos que devem ter um impacto positivo”, diz o relatório.

“E investimentos devem se transformar em empregos. O processo de ajuda já aumentou a demanda por uma série de bens domésticos e serviços - incluindo comida, água, remédios, materiais de construção, roupas, serviços de transporte e de comunicação -, que beneficiarão vários negócios domésticos. Por isso, é possível que o impacto, no final, possa acabar sendo positivo de alguma maneira”, completa o relatório.

Apenas na Indonésia, quase um milhão de pessoas podem ser jogadas na pobreza pelos prolongados efeitos da devastação do tsunami. Na Índia, o número de pobres no país pode aumentar em 645 mil. No Sri Lanka, os números foram estimados em 250 mil. Nas Maldivas, cerca de metade das casas do país foram afetadas e mais de 50% da população pode cair na miséria absoluta, resultando em mais 23,5 mil pessoas indo para baixo da linha de pobreza.

A recuperação da Ásia aos choques externos pode, contudo, ter um importante papel na diminuição do impacto que o desastre teria sobre o crescimento econômico total da região. Na Indonésia, na Índia e na Tailândia o dano ficou mais restrito às áreas rurais que aos centros urbanos, densamente povoados e economicamente cruciais, e também aos centros industriais, que diri-



gem o crescimento econômico da região, segundo o relatório intitulado “Uma avaliação inicial do impacto do terremoto e do tsunami de 26 de dezembro de 2004 no Sul e Sudeste Asiático”.

Na Índia, o impacto econômico deve ser mínimo, devido ao grande tamanho da economia do país. É também esperado um impacto macroeconômico mínimo na Indonésia, Bangladesh, Malásia e Myanmar. Em geral, a região estava bem preparada para resistir a choques econômicos como esse.

“Após um forte crescimento entre 2001 e 2004, as economias da Índia, Indonésia, Malásia e Tailândia devem estar numa boa posição para superar essa tragédia. Para esses países, o recente crescimento tem sido forte, as situações fiscais têm melhorado e as reservas externas estão altas, com a posição fiscal do governo absorvendo o choque do desastre”, diz o relatório do ADB. ■

* Economista indiano, diretor do Instituto de Comércio Justo da Índia.

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Rio reduz investimento em saúde

Na Proposta Orçamentária para 2005, do município do Rio, a despesa com Saúde será de R\$ 1.730.923.938,00, o equivalente a 19,24% do total do orçamento.

Em 2002, o total liquidado com a saúde representou 19,39% e, em 2003, 20,48%. Já, em 2004, a Lei Orçamentária Anual estabeleceu o percentual de 17,42%, ao passo que, para 2005, há novamente um aumento (19,24%). Como nos anos anteriores, a maior participação nas despesas está relacionada com a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, com cerca de 81%. Já a previsão de investimentos da Saúde para este ano é de R\$ 132 milhões, 28% a menos que em 2004.

Ações e serviços de saúde

A receita utilizada como base para o cálculo da aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde está estimada em R\$ 5 bilhões, sendo 61,59% provenientes do próprio Município. Isto vem confirmar uma tendência de aumento das receitas, desde o ano 2000. Todavia, este aumento não é acompanhado nas despesas, uma vez que ao longo dos anos não há uma tendência de expansão nem de contração, ocorrendo mudanças variadas.

A previsão de despesa para 2005 é de R\$ 856 milhões, o que representa um percentual de aplicação de 16,86%, o mais baixo desde 2000. Do total a ser gasto, cerca de 98%, R\$ 841 milhões, serão repassados pelo SUS, cabendo o restante à Prefeitura. O re-

passo do SUS previsto pela Proposta para 2004 foi de R\$ 784 milhões e de R\$ 657 milhões para 2003, o que evidencia a importância cada vez maior desses recursos para a realização destas ações e serviços, visto a diminuição da participação da Prefeitura.

A dotação destinada ao pagamento dos servidores inativos, em 2005, é de R\$ 78.022.000,00, a serem pagos pela Secretaria de Administração. Este valor corresponde a 4,13% do total desti-

Já o pagamento de pessoal e encargos sociais dos ativos por parte da Secretaria de Saúde será de R\$ 799.218.000,00. Em 2004, a previsão era de R\$ 701.888.839,00, ao passo que em 2003 o liquidado ficou em R\$ 602.349.834,51.

Pode ser observado que o ritmo de crescimento do pagamento aos ativos tem sido maior, variando 17%, de 2003 para 2004, e 14%, de 2004 para 2005. O pagamento aos inativos cresceu apenas 2%, de 2003 para 2004, e 13%, de 2004 para 2005.

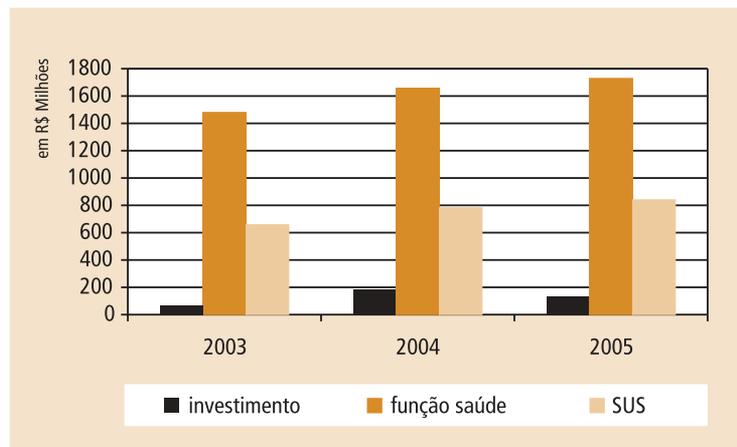
dotação, cerca de 8% dos recursos são provenientes do SUS e o restante do próprio Município. Já o programa Agentes Comunitários contará com 857 equipes, sendo 235 no Complexo da Maré.

Este programa, um dos focos da área de saúde para 2005, está inserido na rubrica “desenvolvimento de ações em saúde” e prevê o cadastro de 300.000 pessoas. Para esta e outras metas, entre elas o programa “dente escola”, estão orçados R\$ 69.355.353,00.

Investimentos

A rubrica “Construções, Ampliações e Reformas de Unidades de Saúde” conta com R\$ 112.605.751,00, totalmente destinados a investimentos, concentrando 84% dos mesmos, referentes a esta Secretaria. Dentre estes, estão previstos: construção da nova maternidade Dolores Duran, do Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth e da Maternidade Leila Diniz; reforma no CTI do Hospital de Ipanema; reformas nas emergências dos Hospitais Souza Aguiar, Andaraí e Miguel Couto.

Desta forma, percebemos através dos dados um aumento na cobertura dos programas específicos da Saúde, entretanto, acompanhado de uma redução do percentual destinado à Saúde, em relação às outras funções. No tocante aos investimentos houve uma diminuição nas dotações, ao passo que nas aplicações em ações e serviços ocorre uma relativa diminuição no percentual, ao compararmos com os anos anteriores. ■



nado à Previdência Social Deste total, apenas R\$ 950 mil são provenientes do município, sendo o restante oriundo de Contribuições para Seguridade Social. A proposta para 2004 previu uma despesa de R\$ 69.230.000,00 e, no período de 2003, o total despendido foi de R\$ 67.924.000,00.

O Programa de Trabalho “Implantação de Equipes de Saúde da Família em áreas de risco social” prevê a implantação de 285 equipes, e conta com uma dotação de R\$ 64.409.770,00 –60% maior do que 2004, o que representa uma despesa de cerca de R\$ 226 mil, por equipe, ao longo do ano. Desta

Ano	2003	2004	2005
Receita	3.706.782.593,96	4.652.481.740,00	5.077.013.600,00
Despesa	1.119.215.240,02	809.188.858,00	856.432.346,00
% Aplicado	30,19%	17,39%	16,86%
% SUS	65,47%	96,99%	98,22%

Conselho lança Prêmio Celso Furtado

O XV Prêmio Anual de Monografia promovido pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) terá, na edição deste ano, o nome do professor e economista Celso Furtado, falecido em novembro último. A homenagem terá não somente a intenção de lembrar o nome de um dos maiores economistas brasileiros de todos os tempos, como ao mesmo tempo reforçar e dar destaque ao Prêmio Anual de Monografia,



que seleciona os melhores trabalhos de conclusão dos cursos de graduação em Economia.

As inscrições para a premiação começam em março e vão até o dia 29 de abril. Os trabalhos têm que ser inéditos e as ins-

crições devem ser feitas pela direção dos departamentos de economia das instituições universitárias ou o equivalente, nos casos de faculdades isoladas.

O regulamento do prêmio está na página dos economistas, na internet – www.economistas.org.br – e a entrega das premiações vai acontecer no dia 12 de agosto, na celebração do Dia do Economista. O primeiro colocado receberá o prêmio de R\$ 2 mil, o segundo de R\$ 1 mil e o terceiro, de R\$ 600. ■

Inscrição para Prêmio Brasil de Economia

Vai até o próximo dia 15 de fevereiro o prazo para as inscrições no XII Prêmio Brasil de Economia, promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) e dividido nas categorias tese de doutorado, dissertação de mestrado, artigo técnico ou científico e monografia de graduação em Ciências Econômicas. Mais informações podem ser obtidas na página do Conselho, na internet – www.cofecon.org.br.

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2005

Filosofia: uma introdução

O curso visa estudar questões relevantes da filosofia. Os problemas ontológico, gnosiológico, ético, estético nos pensadores fundamentais do pensamento ocidental serão discutidos. Primeiramente será focalizada a filosofia antiga. Posteriormente, se verá a problemática do homem, da ética e do conhecimento nos sofistas em Sócrates. Finalmente, serão abordados os sistemas de Platão e Aristóteles.

Tópicos de Economia Política da Saúde

- Introdução à economia política da saúde
- Uma crítica à reforma (liberal) dos sistemas de saúde
- Caso da regulação dos planos e seguros de saúde
- A reforma institucional do mercado de planos de saúde no Brasil: a criação de *benchmarks*

CURSOS PROGRAMADOS

Matemática Financeira Avançada – Sílvia dos Reis Alcântara Duarte – 24 horas-aula – às segundas e quartas-feiras – 7a 30 mar

Aperfeiçoamento em Economia: foco nas ementas de concursos públicos – 134 horas-aula – sextas e sábados (na maioria) – Ana Claudia Alem; Carlos Vidotto; Jorge Claudio Lima; Teresa Consentino e outros – 1º mar a 11/jun

Tópicos de Economia Política de Saúde – Carlos Octávio Ocké-Reis – 8 horas-aula – às terças-feiras – 29/mar a 19/abr

Teoria dos jogos – Ronaldo Fiani – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 6/abr a 23/maio

Filosofia: uma introdução – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 4/maio a 22/jun

Economia e meio ambiente – Cláudia Lúcia Bisaggio Soares – 12 horas-aula – de segunda-feira a quinta-feira – 27 a 30 jun

Economia do bem-estar, igualdade e pobreza – João Leonardo Medeiros – 24 horas-aula – às quintas-feiras – 7/abr a 9/jun

Avaliação de projetos - tópicos avançados – Eduardo Sá Fortes – 24 horas-aula – aos sábados – 7/maio a 25/jun

Regimes monetários: teoria – André Modenesi – 12 horas-aula – às segundas e quartas-feiras – 4 a 25/jul

Regimes monetários: experiência do Real – André Modenesi – 12 horas-aula - às segundas e quartas-feiras – 8 a 29/ago

Introdução à Economia Política: o pensamento de Karl Marx – Pablo Bielschowky e Rodrigo Castelo Branco – 16 horas-aula – às quintas-feiras – 4/ago a 22/set

O pensamento econômico de Keynes – Jeniffer Hermann, João Sicsú e outros – 16 horas-aula – às segundas-feiras – 5/set a 24/out

Filosofia – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula - às quartas-feiras – 14/set a 16/nov

Análise de Investimentos – Eduardo Sá Fortes – 16 horas aula – às quintas-feiras – 6/out a 3/nov

Matemática aplicada à teoria econômica – Jorge Cláudio Cavalcante – 30 horas-aula – às terças e quintas-feiras – 1º nov a 13/dez

Visite a página <http://www.economistas.org.br> para obter maiores informações e efetuar sua inscrição. Sugira um curso de seu interesse e dê sua opinião.